

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Data: 17 de agosto de 2022

Horário de início: 14h45min

Horário de término: 16h40min

Local: Sala dos Conselhos Vinculados à Assistência Social, situada ao térreo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania, no endereço Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/nº, bairro São Bento, Angra dos Reis.

Conselheiros governamentais do CMDPD participantes:

- Lucinda de Oliveira Cordoeira (Secretaria Municipal de Educação);
- Andréa Rodrigues Portugal (Secretaria Executiva de Esporte e Lazer)

Conselheiros da sociedade civil do CMDPD participantes:

- Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos);
- Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhadora do Setor);
- Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais – APADEV);
- Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo – CDA);
- Julio Cesar de Almeida Pessoa Ramos (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Angra dos Reis – APAE)

Demais participantes:

- Maria Augusta da Silva (Coordenação Técnica de Saúde Mental/Secretaria Municipal de Saúde);
- Josilene de Oliveira Carvalho (Coordenação Técnica de Saúde Mental/Secretaria Municipal de Saúde);
- Miquilina Maria F. Ribeiro (assistente social da Escola Municipal de Educação de Surdos – EMES);
- Guilherme Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo – CDA);
- Edília de Fátima do Carmo (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais – APADEV);
- Thayane Camilo de Oliveira (Intérprete da Central de Intérpretes de Libras da SDSP)

Pauta:

1ª. Continuação da apresentação da conselheira representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social sobre programas e projetos desta Secretaria, voltados ao público com deficiência.

2ª. Participação da Coordenação Técnica de Saúde Mental do município para esclarecer questões

levantadas por este Conselho na Reunião Ordinária anterior.

3ª. Discussão sobre a parceria deste Conselho com o Ministério Público Federal do Trabalho para inserção da pessoa com deficiência no Mercado de Trabalho.

Assuntos discutidos /tratados:

Inicia-se com a primeira Pauta, e a Coordenadora Técnica de Saúde Mental do município, Maria Augusta da Silva, se apresenta como ex-coordenadora do CAPS-AD. A conselheira Marilda coloca que o único serviço que tem atendido autistas é o CAPS, sendo, também, o único, hoje, com médico psiquiatra. Miquilina e a Presidente Rita acrescentam que o mesmo só conta com um psiquiatra, ficando muitos autistas a terem que aguardar por longo tempo sem atendimento, o que prejudica, inclusive, o desenvolvimento na escola. Para Marilda e Rita, as Unidades Básicas não têm outra alternativa que não seja encaminharem para o CAPS, o que tem feito com que sua equipe fique sobrecarregada. Para Rita, este Conselho precisa cobrar da gestão a contratação de mais médicos psiquiatras e neuropediatras para a rede de saúde mental. Marilda sugere que sejam feitas as receitas para um período de até 6 meses, de forma a agilizar o tratamento, já que o retorno à consulta médica, devido à longa fila de espera, se torna demorado. Maria Augusta responde ser compreensível o sofrimento das mães, mas explica que, por lei, não se pode adiantar as receitas, pois a medicação e dosagem poderão precisar ser alteradas a qualquer tempo. Para Marilda e Miquilina, as consultas deveriam ocorrer a cada 3 meses, de forma a garantir que a medicação seja fornecida sempre em dia, tal como já funcionou em épocas passadas. Além disso, poderia voltar o agendamento via whatsapp, tal como funcionou durante a Pandemia. A Coordenação Técnica de Saúde Mental do município sugere uma reunião entre a Coordenação do CAPSI e uma comissão de mães de autistas, em conjunto com este Conselho, para tratarem dos problemas e demandas que têm surgido no dia-a-dia daquele serviço, bem como soluções possíveis. A conselheira Marilda se compromete em formar a Comissão de mães para esse encontro. A conselheira Lucinda pontua que tem aparecido nas escolas outras demandas de saúde mental, que não só o autismo. As Diretoras relatam surtos de alunos nas salas de aula, o que sinaliza a necessidade de mais profissionais. Miquilina reforça essa urgência, uma vez que, a falta de diagnósticos para casos de cegueira e depressão entre alunos acaba levando o profissional de educação a fazer um “papel terapêutico”. A Presidente Rita lembra que o CMDPD tem sido procurado pelos profissionais de educação, que reclamam de adoecimentos que vêm acometendo-os, em função das condições de trabalho dentro das escolas da rede municipal. Maria Augusta propõe que as escolas façam relatos por escrito, e os encaminhem às Unidades Básicas de Saúde. A conselheira Lucinda lembra que as Unidades não recebem encaminhamentos das escolas. Maria Augusta informa que, a partir do dia 02/09/22, os serviços de saúde serão preenchidos de funcionários oriundos do último Processo Seletivo. Sendo assim, os agentes comunitários passarão a cumprir suas reais funções, já que, pela falta de funcionários administrativos em toda a rede, eles têm realizado um trabalho de cunho administrativo. Passa-se à Segunda Pauta, e a conselheira Andrea Portugal informa que a Coordenação Técnica da Pessoa com Deficiência da SDSP não pôde comparecer a essa Assembleia, restando à própria Andrea dar continuidade à sua apresentação. Segundo ela, a SDSP vem implementando dois programas para o público com deficiência: Central de Intérprete de Libras, e Stand Up. Sobre o primeiro programa, é dada a fala à intérprete Thayane, que explica ser um serviço com dois anos de criação, e com uma equipe de três profissionais, destinado a surdos e surdos-cegos. O atendimento não se realiza apenas dentro dos equipamentos da SDSP, mas é estendido a outros espaços, como hospitais, Bancos, Fórum, Delegacia etc., sempre em acompanhamento ao usuário surdo. É preciso que seja marcado, com pelo menos uma semana de antecedência, mas nem sempre isso se torna possível. É feito de forma presencial, mas também se pode requerer que aconteça pelo Whatsapp, “google meet” ou “Video Chamada”. No ano de 2022, já somam mais de 788 atendimentos prestados por tal serviço, sejam presenciais ou por Video Chamada. A Central produz material informativo, no formato vídeo com áudio, de forma a alcançar o maior número de pessoas. Thayane pede aos presentes a divulgação desse trabalho, haja vista que, na maioria das vezes, o surdo acaba não

sendo “ouvido” por não poder se comunicar. Miquilina lembra que a Central de Intérprete é um serviço, não um setor. Passando para o segundo programa, a conselheira Andrea situa que antes do Stand Up, as pessoas com deficiência só tinham a oferta de atividades esportivas pelo pode público mediante a realização dos Jogos Especiais, que acontece somente uma vez ao ano. Com a criação daquele programa, esse público veio a ser contemplado durante todo o ano. Andrea explica que, atualmente, o projeto se encontra parado, em função de não haver sido oficializado, e não compor o Cronograma de ações da SDSP. Assim sendo, ela se encarregou de planejar, num prazo de 90 dias, a estrutura adequada, contando com todo o suporte necessário (transporte, mais professores de educação física etc) por parte da gestão pública, para, somente, então, poder voltar a implementá-lo. Miquilina e o Vice-Presidente Jorge Nunes sugerem capacitar os profissionais de educação física da rede municipal para melhor atuarem nesse projeto, uma vez que nem toda formação acadêmica os prepara para trabalhar com o público com deficiência. Segundo Miquilina, a Coordenação Técnica da Pessoa com Deficiência da SDSP poderia fazer a captação das capacitações, tal como já vem fazendo, com maestria, várias articulações entre os serviços voltados à pessoa com deficiência. Por fim, a plenária decide transferir a Terceira Pauta para a Assembleia Ordinária do próximo mês.

Deliberação:

Fica deliberada a realização de uma reunião entre a Coordenação do CAPSI e uma comissão de mães de autistas, juntamente com este Conselho, para tratarem dos problemas e demandas que têm surgido no dia-a-dia daquele serviço, bem como soluções possíveis. A reunião é agendada para 12/09/22, às 14h, na Sala do CMDPD, a partir do compromisso da conselheira Marilda de Oliveira em formar a Comissão de mães para esse encontro.

Presidente do CMDPD

Primeira Secretária do CMDPD